

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2020– PC/PA**  
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PC/PA, com sede nesta cidade, na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro de Nazaré, CEP 66040-903, cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita CNPJ/MF sob o nº 00.368.105/0001-06, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Delegado Geral, Sr. ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Brasileiro, Casado, Servidor Público Estadual, portador do RG nº 2056941 SSP/PA e do CPF/MF nº 373.690.912-87, residente e domiciliado nesta capital, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação direta do Senhor SILVIO SANDRO BARROS FEITOSA, Servidor Público Estadual, Brasileiro, Paraense, Docente, Portador do RG nº. 2151014-PC/PA e do CPF nº. 392.852.942-00, residente e domiciliado na Av. Arterial 5º, nº333, Condomínio Mirante do Lago, Torre 02, APT. 905, CEP 67.140-709, Ananindeua/PA, cujo objeto é a prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao “CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019”, como DOCENTE da disciplina “NOÇÕES DE OPERAÇÕES AÉREAS – NOA”, totalizando a carga horária de 12 (doze) horas-aulas, no valor unitário de R\$ 70,00 (setenta reais), totalizando o valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), tendo como fundamento legal o artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destacando-se que a contratação por Inexigibilidade em análise é fruto do processo prévio de credenciamento de Professores realizado pela ACADEPOL através do Edital publicado no Diário Oficial nº 33986, de 19/09/2019.

Belém/PA, de de 2020

REINALDO MARQUES JÚNIOR

Diretor de Administração – PC/PA

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, com alterações dadas pela Lei 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentado nas disposições contidas no artigo 25, caput da referida Lei.

Belém/PA de de 2020

ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS

Delegado Geral da Polícia Civil

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2020– PC/PA**  
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PC/PA, com sede nesta cidade, na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro de Nazaré, CEP 66040-903, cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita CNPJ/MF sob o nº 00.368.105/0001-06, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Delegado Geral, Sr. ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Brasileiro, Casado, Servidor Público Estadual, portador do RG nº 2056941 SSP/PA e do CPF/MF nº 373.690.912-87, residente e domiciliado nesta capital, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação direta do Senhor MARIO DA CONCEIÇÃO MORAIS FILHO, Servidor Público Estadual, Brasileiro, Paraense, Docente, Portador do RG nº. 12875-PM/PA e do CPF nº. 268.638.472-72 residente e domiciliado na Rua Esperante, nº677, Bairro: Marambaia, CEP 66.615-017, Belém/PA, cujo objeto é a prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao “CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019”, como DOCENTE da disciplina “TÉCNICAS VERTICAIS”, totalizando a carga horária de 20 (vinte) horas-aulas, no valor unitário de R\$ 70,00 (setenta reais), totalizando o valor de R\$ 1.400,00 (mil quatrocentos reais), tendo como fundamento legal o artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destacando-se que a contratação por Inexigibilidade em análise é fruto do processo prévio de credenciamento de Professores realizado pela ACADEPOL através do Edital publicado no Diário Oficial nº 33986, de 19/09/2019.

Belém/PA, de de 2020

REINALDO MARQUES JÚNIOR

Diretor de Administração – PC/PA

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, com alterações dadas pela Lei 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentado nas disposições contidas no artigo 25, caput da referida Lei.

Belém/PA de de 2020

ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS

Delegado Geral da Polícia Civil

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2020– PC/PA**  
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PC/PA, com sede nesta cidade, na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro de Nazaré, CEP 66040-903, cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita CNPJ/MF sob o nº 00.368.105/0001-06, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Delegado Geral, Sr. ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Brasileiro, Casado, Servidor Público Estadual, portador do RG nº 2056941 SSP/PA e do CPF/MF nº 373.690.912-87, residente e domiciliado nesta capital, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação direta do Senhor JEFFERSON ADRIANO SILVA e LIMA, Servidor Público Estadual, Brasileiro, Paraense, Docente, Portador do RG nº. 35210-PM/PA e do CPF nº. 879.875.892-68, residente e domiciliado na Tv. 14 de Abril, nº145, Altos, Bairro: Fátima, CEP 66.060-460, Belém/PA, cujo objeto é a prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao “CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019”, como MONITOR da disciplina “GERENCIAMENTO DE CRISE – GC”, totalizando a carga horária de 08 (oito) horas-aulas, no valor unitário de R\$ 50,00 (cinqüenta reais), totalizando o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), tendo como fundamento legal o artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destacando-se que a contratação por Inexigibilidade em análise é fruto do processo prévio de credenciamento de Professores realizado pela ACADEPOL através do Edital publicado no Diário Oficial nº 33986, de 19/09/2019.

Belém/PA, de de 2020

REINALDO MARQUES JÚNIOR

Diretor de Administração – PC/PA

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, com alterações dadas pela Lei 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentado nas disposições contidas no artigo 25, caput da referida Lei.

Belém/PA de de 2020

ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS

Delegado Geral da Polícia Civil

#### TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

##### Nº 0298/2020– PC/PA

O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PC/PA, com sede nesta cidade, na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro de Nazaré, CEP 66040-903, cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita CNPJ/MF sob o nº 00.368.105/0001-06, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Delegado Geral, Sr. ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Brasileiro, Casado, Servidor Público Estadual, portador do RG nº 2056941 SSP/PA e do CPF/MF nº 373.690.912-87, residente e domiciliado nesta capital, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para contratação direta do Senhor JEDALIAS BARATA MONTEIRO, Servidor Público Estadual, Brasileiro, Paraense, Docente, Portador do RG nº. 2161503-CBM/PA e do CPF nº. 398.851.352-00, residente e domiciliado na Conj. Geraldo Palmeira, Qd. 34A, Bairro: Centro, CEP 67.040-390, Ananindeua/PA, cujo objeto é a prestação de serviço técnico profissional especializado, para atender ao “CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS COTE 2019”, como DOCENTE da disciplina “PRÁTICA DE MERGULHO LIVRE – PML”, totalizando a carga horária de 16 (dezesseis) horas-aulas, e como MONITOR da disciplina “TÉCNICAS VERTICAIS”, totalizando a carga horária de 20 (vinte) horas-aulas, que perfazem o valor de 36 (trinta e seis) horas-aulas, totalizando o valor de R\$ 1.960,00 (mil novecentos e sessenta reais), tendo como fundamento legal o artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destacando-se que a contratação por Inexigibilidade em análise é fruto do processo prévio de credenciamento de Professores realizado pela ACADEPOL através do Edital publicado no Diário Oficial nº 33986, de 19/09/2019.

Belém/PA, de de 2020

REINALDO MARQUES JÚNIOR

Diretor de Administração – PC/PA

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, com alterações dadas pela Lei 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentado nas disposições contidas no artigo 25, caput da referida Lei.

Belém/PA de de 2020

ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 519225

## CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

### PORTARIA

**PORTARIA Nº 046 DE 30 DE JANEIRO DE 2020 – GAB/DGCPRC**  
O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS “RENATO CHAVES”, usando das atribuições legais e conferidos pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00.

CONSIDERANDO, o Processo 2020/68936.

R E S O L V E:

Designar, Interinamente, o servidor HERCULANO DE FIGUEIREDO MARCAL, Perito Criminal, matrícula nº 57225362/ 1, para responder pela Gerente de Regional de Criminalística - Altamira – GEP. DAS. 011.3, a contar de 29.01.2020, até ulterior deliberação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS “RENATO CHAVES”, 30 de Janeiro de 2020.

CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral

Protocolo: 519124

**PORTARIA Nº 045 DE 30 DE JANEIRO DE 2020 – GAB/DGCPRC**  
O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS “RENATO CHAVES”, usando das atribuições legais e conferidos pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, Lei nº 6.282 de 19.01.00.

CONSIDERANDO, o Processo 2020/68936.

R E S O L V E:

Designar, Interinamente, o servidor BERNARDO ANTONIO RODRIGUES MAUES, Perito Criminal, matrícula nº 57226320/ 1, para responder pela Gerente de Regional de Altamira – GEP. DAS. 011.4, a contar de 29.01.2020, até ulterior deliberação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS “RENATO CHAVES”, 30 de Janeiro de 2020.

CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral

Protocolo: 519123